



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2022-TRE/RN**

A UNIÃO, pelo presente edital e por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE - TRE/RN (CNPJ: 05.792.645/0001-28), sediado na Av. Rui Barbosa, nº 215, Tirol, Natal/RN (CEP: 59015-290), torna público aos interessados que o pregoeiro oficial deste Órgão, designado pela **Portaria nº 106/2020-DG/TRE/RN**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, com participação restrita a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados** (Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007), na forma da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, por meio do Sistema Comprasnet no Portal de Compras do Governo Federal.

Todas as referências de tempo no presente edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa a este certame.

---

INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS: HORA: 08h; DATA: 05/08/2022 (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)

**TÉRMINO DO ENVIO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: HORA: 14h; DATA: 18/08/2022 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)**

TIPO: Menor Preço

LOCAL: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Ref.: Processo Administrativo Eletrônico nº 6368/2022-TRE/RN

---

**SEÇÃO 1 - DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de material bibliográfico**, conforme condições e especificações estabelecidas neste edital.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER do Comprasnet e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.3. Serão observadas, nesta licitação e na execução do respectivo contrato, as regras previstas na Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o disposto nos arts. 191 e 192, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**SEÇÃO 2 - DOS ANEXOS**

2.1. São anexos deste edital:

a) Anexo I: Termo de Referência;

b) Anexo II: Valor Estimado.

### SEÇÃO 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que atenderem às condições deste Edital e estiverem devidamente credenciadas no sistema eletrônico Comprasnet, cujo gerenciamento é feito pelo Ministério da Economia, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

3.2. Considerando o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderão participar desta licitação MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007), cujos ramos de atividades guardem pertinência com o objeto da presente licitação e que estejam previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG (Comprasnet).

3.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

b) declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;

c) declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

e) declaração de que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 02/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

f) declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e das regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

3.4. Além dos casos previstos no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, não poderão participar desta licitação:

a) empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação, ressalvada a possibilidade de participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial na hipótese do subitem 3.4.1 deste edital;

b) empresa punida como a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;

c) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, durante o prazo da sanção aplicada;

d) empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

e) empresas que estejam reunidas em consórcio de empresas e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

f) empresas estrangeiras que não funcionem no país;

g) empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.4.1. Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação na presente licitação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, além do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste edital.

3.5. A empresa vencedora do presente certame e futura contratada não poderá, durante a vigência da contratação, admitir como seu empregado pessoa que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/RN.

#### **SEÇÃO 4 - DAS PROPOSTAS**

4.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta de preços, que deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, contendo especificações claras e detalhadas dos objetos ofertados e os valores unitário e total de cada item a ser cotado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante.

4.3. A proposta deverá conter o número do CNPJ da filial ou outro estabelecimento do licitante que emitirá as notas fiscais referentes à execução do contrato, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa e realização do pagamento nos termos deste edital.

4.4. O licitante é responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.4.1. Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos, bem como serem consignados na proposta com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

4.4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4.3. Aberta a sessão pública, não serão admitidas retificações ou alterações nas condições ofertadas, inclusive a que diz respeito a especificações e preços apresentados, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto no edital.

4.5. Tendo em vista que a proposta é sigilosa, desde o cadastramento até o momento em que se encerrarem os lances, é vedado aos licitantes, sob pena de desclassificação, inserir no campo “descrição complementar” qualquer informação que identifique a empresa que está cotando os preços.

4.5.1. A identificação da empresa concorrente dar-se-á exclusivamente no campo próprio quando do cadastramento do licitante.

4.5.2. Também, sob pena de desclassificação, não será admitida na proposta a inclusão de condições alternativas ao objeto ou contrárias às normas constantes deste edital e seus anexos.

#### **SEÇÃO 5 - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

5.1. O pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, que se realizará de acordo com o Decreto nº 10.024/2019, com a divulgação das propostas de preços recebidas, de acordo com as especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou pelo pregoeiro, ou de sua desconexão.

5.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.4. O pregoeiro analisará preliminarmente as propostas quanto ao atendimento aos requisitos deste edital, efetuando a classificação ou desclassificação daquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, após o que dará início à etapa de lances.

## **SEÇÃO 6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

6.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **menor preço global por item**.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

6.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4. Na oferta de lances, quando o valor resultar em número com mais de duas casas decimais após a vírgula, somente serão consideradas as duas primeiras.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.6. Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do seu detentor.

6.7. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **SEÇÃO 7 - DO MODO DE DISPUTA**

7.1. Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **aberto e fechado**, por meio do qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

7.2. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**. Encerrado esse prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.3. Encerrado o referido prazo aleatoriamente determinado, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Na ausência de, no **mínimo, 3 (três) ofertas** nas condições de que trata o **inciso 7.3**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 7.3 e 7.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 7.3 e 7.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto subitem 7.6.

7.8. Havendo empate entre propostas vencedoras, será realizado sorteio pelo sistema eletrônico.

## **SEÇÃO 8 - DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital (ou preço de referência).

8.3. Caso julgue necessário para dirimir dúvidas, o pregoeiro poderá realizar diligências via chat, observando-se que:

a) o licitante terá o prazo de até 15 (quinze) minutos para confirmar seu interesse em atender à solicitação;

b) quando solicitado pelo pregoeiro, o licitante vencedor deverá enviar, preferencialmente pelo sistema Comprasnet, via anexo, ou por correio eletrônico (pregão@tre-rn.jus.br), no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contados da solicitação, a proposta vencedora, ajustada ao lance dado na sessão do pregão eletrônico, ou qualquer documentação pertinente para a instrução dos autos, inclusive para fins de HABILITAÇÃO, podendo ainda ser solicitada a apresentação posterior da proposta original ou da documentação ou de cópia autenticada em cartório competente, no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável uma única vez, por motivo devidamente justificado pelo licitante e acolhido pelo pregoeiro;

c) o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes;

d) a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

8.4. Para julgamento será adotado o critério de **menor preço global por item**, atendidas as especificações contidas neste edital e seus anexos.

8.5. Não haverá exigência de apresentação de amostras nesta licitação.

8.6. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e anexos ou que se apresentem omissas, com irregularidades ou defeitos que dificultem o julgamento, não esclarecidos por meio de diligência.

8.7. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos e o atendimento às especificações e exigências do edital, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das propostas de preços, declarando vencedor aquele que apresentar o **menor preço global por item**.

8.8. Em caso de divergência entre informações contidas em documento e/ou proposta anexados pela empresa licitante e na proposta por ela cadastrada diretamente no sistema, prevalecerão as da última.

8.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

8.10. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

8.11. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

8.12. A apresentação de proposta em desacordo com o prazo de validade eventualmente previsto no termo de referência desta licitação poderá ser considerado erro formal, passível de saneamento na forma preconizada no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, de maneira a viabilizar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **SEÇÃO 9 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **9.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.1.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá comprovar, a título de regularidade fiscal e trabalhista:

- a) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) situação regular perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social (Tributos Federais e Dívida Ativa da União) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao));
- d) inexistência de registros impeditivos à contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e) inexistência de registros impeditivos à contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no portal da transparência ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br));
- f) credenciamento válido no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

9.1.2. Finalizada a etapa de lances, o pregoeiro verificará, mediante consulta ao SICAF, a situação cadastral do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, objetivando identificar especialmente a existência de sanção que impeça a participação neste certame ou a futura contratação. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.2.1. Para os fins previstos no subitem 9.1.2 deste edital será também verificada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.1.3. As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.1.3.1. Para os fins previstos no subitem 9.1.3 deste edital, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério do TRE/RN, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.3.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 12.3 deste edital, sendo facultado ao TRE/RN convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.1.4. Serão verificados pelo pregoeiro, mediante consulta ao SICAF, impedimentos do licitante para licitar e contratar com a União, a fim de seja certificada, a partir do exame da composição societária das empresas licitantes, eventual participação indireta que caracterize descumprimento da Lei nº 8.666/1993.

## **SEÇÃO 10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10.2.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

10.3. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade do recurso, aceitando ou rejeitando a intenção de recurso do licitante.

10.4. As decisões do Pregoeiro e da autoridade competente serão registradas em campo específico do sistema.

10.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Os recursos serão dirigidos à Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los à Diretoria-Geral, com as devidas informações, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

## **SEÇÃO 11 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa poderá, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico.

11.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela seção responsável pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis.

11.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11.2. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública o interessado poderá solicitar esclarecimentos sobre ato convocatório deste Pregão Eletrônico, exclusivamente por meio do endereço eletrônico [pregao@tre-rn.jus.br](mailto:pregao@tre-rn.jus.br).

## **SEÇÃO 12 - DAS PENALIDADES**

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste pregão eletrônico ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993.

12.2. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c o art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.3. Com fundamento no art. 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato ou de descumprimento de obrigações contratuais, garantidos o contraditório e a ampla e prévia defesa, o licitante vencedor poderá ser apenado, isolada ou juntamente com o disposto no § 2º do referido artigo, com as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, calculada de acordo com a faixa de percentuais de multas prevista no Anexo I (Termo de Referência) deste edital;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - TRE/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. O TRE/RN efetivará as comunicações relativas à aplicação de penalidades por quaisquer dos meios que, ao seu critério, entenda serem eficazes e adequados a cada procedimento, podendo utilizar todos ao mesmo tempo ou apenas um dentre os existentes e disponíveis, tais como: por correio com Aviso de Recebimento, por entrega direta por mensageiro próprio e mediante protocolo ou, ainda, por correio eletrônico para o endereço cadastrado da empresa no Comprasnet ou informado em sua proposta, dentre outros.

12.5. Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 12.3 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.5.1. O recurso a que se refere este subitem será dirigido à Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, que poderá ratificar ou rever sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.5.2. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” do subitem 12.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.

### **SEÇÃO 13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS PAGAMENTOS**

13.1. As despesas decorrentes desta licitação se enquadram na Ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral (**N.D.: 449052.18**) e serão atendidas por notas de empenho a serem emitidas neste exercício financeiro.

13.2. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto licitado ficarão condicionados ao efetivo cumprimento das respectivas obrigações assumidas pelo licitante vencedor, conforme as exigências e especificações descritas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

13.3. É admitida a cessão de crédito decorrente da execução do objeto licitado, de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SG/SEDGG/ME nº 53/2020.

13.5. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto licitado serão feitos em favor do licitante vencedor, depois de realizado cada fornecimento de material e apresentada a respectiva nota fiscal, acompanhada dos documentos comprobatórios da execução contratual, devendo a nota fiscal ser conferida e atestada pelo setor competente do TRE/RN.

13.6. Os pagamentos serão efetuados por intermédio de ordem bancária, mediante crédito em conta corrente, conforme indicação no documento fiscal.

13.7. Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da respectiva nota fiscal, desde que haja comprovação do efetivo cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo licitante vencedor. Caso o licitante vencedor não forneça todos os documentos necessários para o ateste da nota fiscal, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da entrega dos documentos restantes, e desde que não haja fator impeditivo imputável ao licitante vencedor. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o setor competente do TRE/RN atestar a execução do fornecimento do objeto licitado.



13.8. Caso o pagamento ocorra fora do prazo estabelecido, sem que o licitante vencedor contribua para isso, o TRE/RN pagará o valor devido com atualização financeira, proporcionalmente aos dias de atraso, no percentual de 0,01667% ao dia, alcançando 6% ao ano.

13.9. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento do licitante contratado (matriz/filial) encarregado da execução do contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para o pagamento da nota fiscal, não se aceitando pedido de substituição de CNPJ após o dia 30 de novembro de cada ano.

13.10. Caso o licitante vencedor seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, DECLARAÇÃO, na forma prevista na Instrução Normativa da SRF nº 1.234/2012, da Receita Federal do Brasil, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, devendo ser observado o art. 6º da referida norma.

#### **SEÇÃO 14 - DO CONTRATO**

14.1. O contrato será simplificado e representado pela nota de empenho, nos termos do disposto no art. 62, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

14.2. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/1993.

14.3. Nos casos de rescisão previstos nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, poderá o TRE/RN, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

14.4. Caso o licitante vencedor seja pessoa jurídica optante do Simples Nacional deverá encaminhar ao TRE/RN a declaração de optante, para fins de ausência de retenção tributária na fonte, de acordo com o modelo constante do anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme orientação da Receita Federal do Brasil constante da Solução de Consulta COSIST/RFB nº 61/2020.

#### **SEÇÃO 15 - DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR**

15.1. O licitante vencedor, além de cumprir as obrigações definidas neste Edital e seus Anexos, ficará obrigado a:

a) executar o objeto licitado, seguindo as condições e especificações estipuladas em sua proposta, a qual deverá estar de acordo com o Termo de Referência (Anexo I deste Edital);

b) garantir a boa qualidade da execução do objeto licitado;

c) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) responsabilizar-se pelo disposto em sua proposta e pelos atos dos seus representantes legais;

e) manter atualizados os seus dados cadastrais perante o TRE/RN, com indicação de endereço, telefones e correio eletrônico, dentre outras informações indispensáveis à comunicação entre o TRE/RN e o licitante vencedor, de modo a viabilizar convocações, intimações e notificações quando se fizerem necessárias.

e.1) o descumprimento desta obrigação ficará caracterizado com a devolução de correspondências direcionadas ao licitante vencedor, enviadas por meio dos correios, ou com o não atendimento às ligações telefônicas;

e.2) na ausência de informação dos dados referidos, o TRE/RN considerará como válidas e atualizadas para os devidos fins as informações constantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

f) apresentar a documentação que se fizer necessária para a assinatura do instrumento de contrato, eventualmente exigida neste edital e em seus anexos, notadamente no Anexo I (Termo de Referência);

g) manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/RN, de que tomar conhecimento em razão da execução contratual, devendo orientar seus empregados nesse sentido, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## **SEÇÃO 16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão eletrônico.

16.2. Ao critério do TRE/RN, por meio da autoridade competente e mediante despacho fundamentado, a presente licitação poderá ser revogada no todo ou em parte, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ter as quantidades do seu objeto diminuídas ou aumentadas e ser anulada, por possível ilegalidade, não sendo cabível, no último caso, aos licitantes a reclamação de quaisquer indenizações, nos termos do art. 50 do Decreto nº 10.024/2019, ressalvado o disposto no § 2º do mesmo dispositivo.

16.3. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela Diretoria-Geral do TRE/RN.

16.4. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido à Diretoria-Geral do TRE/RN, para fins de adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório.

16.5. Ao TRE/RN reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

16.6. Os esclarecimentos às consultas porventura formuladas ao Pregoeiro serão publicados no sítio eletrônico do TRE/RN na internet [[www.tre-rn.jus.br](http://www.tre-rn.jus.br)], em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do certame.

16.7. Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste edital serão atendidos pelo Pregoeiro em dias úteis, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e nas sextas-feiras, no horário das 8h às 14h, via telefone [(84) 3654-5481/5482] ou correio eletrônico [[pregao@tre-rn.jus.br](mailto:pregao@tre-rn.jus.br)], para os esclarecimentos necessários.

Natal/RN, 04 de agosto de 2022.

---

João Paulo de Araújo  
Diretor(a)-Geral do TRE/RN

TERMO DE REFERÊNCIA

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO**

**1. OBJETO**

**1.1.** Aquisição pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, de livros nacionais e estrangeiros comercializados no mercado livreiro nacional, das diversas áreas do conhecimento, entre as quais: Engenharia, Direito, Informática, Administração, Contabilidade, Gestão Pública, Saúde, entre outras, nos termos, condições e quantitativos estabelecidos neste Instrumento.

**1.2.** Ampliação do acervo bibliográfico com livros, códigos, dicionários e outros.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A Memória Institucional está intimamente ligada ao patrimônio documental e bibliográfico. O Patrimônio Bibliográfico tem sua expressão máxima nos livros adquiridos, uma vez que ele acompanha o desenvolvimento da instituição, consolidando sua identidade e impulsionando seu desenvolvimento, convertendo-se em testemunha fiel da memória e história coletiva.

**2.2.** O Desenvolvimento das Coleções é um filtro onde o bibliotecário seleciona as fontes que irão auxiliar nas diferentes demandas das diversas unidades do tribunal com a preocupação de não deixar nenhuma unidade com lacunas de informações.

**2.3.** A Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte buscando atender as demandas dentro do orçamento que dispõe, sem deixar de fora nenhuma área de atuação e primando pela sua missão de fomento à leitura dos membros, juízes eleitorais, promotores eleitorais, assessores, servidores e terceirizados da Casa, necessita contar com acervo bibliográfico permanentemente atualizado com publicações nacionais e estrangeiras relativas às áreas do conhecimento atreladas às atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral.

**2.4.** Necessidade de alinhar a biblioteca aos objetivos estratégicos do Tribunal no que tange às ações de cidadania, uma vez que promover o acesso ao acervo é um desses objetivos estratégicos. Lembrando que embora a biblioteca seja de uso dos magistrados, servidores e terceirizados (empréstimo, consulta e uso do espaço para estudo) é também franqueado o acesso a sociedade em geral (consulta e uso do espaço para estudo) o que justifica a necessidade e urgência de constante atualização do acervo para continuar cumprindo o seu mister.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** A descrição dos livros e quantidades constam no Anexo I do presente Termo de Referência.

**3.2.** A CONTRATADA deverá encaminhar sempre a última edição publicada das obras, mesmo que esta edição tenha sido lançada após o final da licitação.

**3.3.** Os livros devem ser novos, estar devidamente acondicionados em embalagem apropriada e revestir as características e especificações descritas no catálogo da editora.

**3.4.** Os bens ofertados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**4. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA**

**4.1.** Entregar as publicações objetos deste instrumento no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos após o envio da nota de empenho, haja vista a mesma se encontrar divulgada no sítio [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br)**;

**4.1.1.** Caso enfrente dificuldades para acessar o referido sítio eletrônico e identificar a nota de empenho, o licitante vencedor deverá consultar o Núcleo de Biblioteca e Editoração TRE/RN, via correio eletrônico ([nbe@tre-rn.jus.br](mailto:nbe@tre-rn.jus.br)) ou pelo telefone (84)3654-5723;

**4.2.** As publicações deverão ser entregues em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seu anexo, devidamente embalado e individualizado, sem avarias, constando em sua embalagem informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa, sobre o produto e suas características que se fizerem necessárias para atestar a conformidade do produto adquirido com o solicitado;

**4.3.** Caso o produto não corresponda ao exigido neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados do recebimento da notificação que lhe for entregue oficialmente, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, deverá também substituir às suas expensas, as publicações em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, também no prazo máximo de até 08 (oito) dias úteis para todos os itens, contados do recebimento da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no Edital, garantido o contraditório e a ampla defesa;

**4.4.** Os livros/publicações deverão ser entregues ao Núcleo de Biblioteca e Editoração, instalado nas dependências do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, 2º Andar (mezanino), localizado na Av. Rui Barbosa, nº 215, Tirol, Natal/RN (CEP: 59015-290). Dias e horários de recebimento: de segunda à quinta-feira das 13h às 18h e sexta-feira das 8h às 14h;

**4.6.** O produto fornecido deverá atender às especificações solicitadas quanto ao título, edição mais atual, autor e editora, não sendo recebidos os produtos que não atenderem às especificações fornecidas pelo TRE-RN;

**4.6.1.** Caso, decorrido o lapso temporal entre a realização da licitação e o fornecimento, a publicação venha a mudar de editora, este fato deverá ser comunicado pela CONTRATADA para fins de análise pela CONTRATANTE acerca do interesse em manter a contratação;

**5.9.** O material porventura recusado por não se encontrar de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência ou em decorrência de danos no transporte ficará disponível no Núcleo de Biblioteca e Editoração do TRE/RN para recolhimento por parte da contratada pelo período de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de envio da notificação, realizada via correio eletrônico, ou outro meio em caso de impossibilidade técnica. Após este prazo, o material poderá ser doado, descartado ou receber outro destino que o TRE/RN determinar.

## **5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** Emitir a Nota de Empenho para o fornecimento.

**5.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

**5.4.** Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às dependências do edifício-sede do TRE/RN para o fornecimento do material.

**5.5.** Atestar as Notas fiscais/Faturas para efeito de pagamento.

**5.6.** Efetuar os pagamentos devidos pelo fornecimento do material na forma e no prazo estabelecidos no Edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas neste instrumento.

**5.7.** Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa contratada até a completa regularização.

**5.8.** Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no curso do fornecimento do material, determinando o que for necessário à sua regularização.

**5.9.** Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

**5.10.** Viabilizar uma destinação ambientalmente adequada para as embalagens dos produtos que serão adquiridos.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Entregar os livros/publicações impressos nas quantidades, forma, prazo e local estabelecido neste Termo de Referência.

**6.2.** substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

**6.3.** Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do material objeto desta licitação, promovendo a substituição do mesmo, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados do recebimento da notificação que lhe for entregue oficialmente, nos termos do subitem 4.3.

**6.4.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento.

**6.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do pregão eletrônico ou da dispensa de licitação

**6.6.** Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/1993, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

**6.7.** Não subcontratar o objeto licitatório.

**6.8.** Caso a contratada seja pessoa jurídica optante do Simples Nacional, deverá encaminhar ao TRE/RN a declaração de optante, para fins de ausência de retenção tributária na fonte, de acordo com o modelo constante do anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

**6.9.** Cumprir as práticas de sustentabilidade dispostas no subitem 3.4 deste Termo de Referência.

## **7. Sanções Administrativas**

**7.1** A inexecução parcial ou total do objeto desta contratação e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 10.024/2019 e na Lei n.º 8.666/1993, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. Inciso IV, da Lei nº 8.666/1993;

e) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, até 5 (cinco) anos.

**7.2** As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

**7.3** A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

**7.4** Para efeito de aplicação de sanções administrativas, às infrações contratuais cometidas pela CONTRATADA serão classificadas, conforme o impacto na execução do objeto, em 3 (três) níveis:

**7.4.1** Leve: falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução da contratação, não acarreta maiores consequências à sua finalidade, atribuindo-se 1 (um) ponto para cada infração desse nível.

**7.4.2** Média: falha que causa impacto à execução da contratação, sem, no entanto, alterar sua finalidade, atribuindo-se de 2 (dois) a 5 (cinco) pontos para cada infração desse nível.

**7.4.3** Grave: falha que impede a execução normal da contratação, desconfigurando sua finalidade, atribuindo-se de 6 (seis) a 20 (vinte) pontos para cada infração desse nível.

**7.5** Para cada infração cometida, será atribuída a pontuação conforme a tabela abaixo:

Nível da Infração	Descrição da Infração	Pontuação
Leve	Não apresentar a documentação necessária para instruir o pagamento.	01
	Entregar os materiais com atraso não superior a 02 (dois) dias úteis em relação ao prazo definido no item 4.1 deste Termo de Referência.	01
	Responder, em prazo superior a 24 horas, os questionamentos realizados via correio eletrônico para esclarecer dúvidas suscitadas pelo TRE/RN.	01
Média	Entregar os materiais com atraso superior a 02 (dois) dias úteis e não superior a 05 (cinco) dias úteis em relação ao prazo definido no item 4.1 deste Termo de Referência.	05
Grave	Entregar os materiais com atraso superior a 05 (cinco) dias úteis em relação ao prazo definido no item 4.1 deste Termo de Referência.	10
	Não realizar a entrega dos materiais.	20
	Não realizar a substituição dos materiais, conforme prazo e condições definidos no item 4.3 deste Termo de Referência.	20

**7.6** A autoridade competente poderá utilizar a tabela referente ao item 7.5 para aplicar as sanções administrativas previstas no item 7.1 deste Termo de Referência, de acordo com a pontuação acumulada decorrente das infrações cometidas pela empresa durante a execução da contratação:

a) de 3 (três) a 5 (cinco) pontos: sanção de advertência;

b) de 6 (seis) a 7 (sete) pontos: sanção de multa de 1% (um por cento) do valor total da contratação;

c) de 8 (oito) a 9 (nove) pontos: sanção de multa de 2% (dois por cento) do valor total da contratação;

d) de 10 (dez) a 11 (onze) pontos: sanção de multa de 3% (três por cento) do valor total da contratação;

e) de 12 (doze) a 13 (treze) pontos: sanção de multa de 4% (quatro por cento) do valor total da contratação;

f) de 14 (quatorze) a 15 (quinze) pontos: sanção de multa de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação;

g) de 16 (dezesseis) a 19 (dezenove) pontos: sanção de multa de 6% (seis por cento) até 10% (dez por cento) do valor total da contratação;

h) acima de 20 (vinte) pontos: a sanção fixada na alínea “g”, cumulada ou não com:

h.1. Sanção de **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por até 2 anos; ou

h.2. Sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a **União e descredenciamento do SICAF**, por até 5 (cinco) anos; ou

h.3. Sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a **Administração Pública**, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993; e/ou

h.4. Rescisão contratual.

**7.7** Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no item 7.5, a Administração poderá aplicar à futura CONTRATADA quaisquer das sanções listadas no item 7.1, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejaram.

**7.8** As multas previstas nesta *cláusula*, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião do pagamento da nota fiscal ou serão pagas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) pela futura CONTRATADA no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

## **8. Demais Informações**

**8.1.** O prazo de validade das propostas de preços deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, com fundamento no art. 48, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

**8.2.** Objetivando a realização de pregão eletrônico ou dispensa eletrônica foram informados os códigos CATMAT de itens similares no Comprasnet. Desta forma, as especificações técnicas dos códigos informados não corresponderão exatamente às especificações deste Termo de Referência e seu anexo, devendo ser adotadas na íntegra as especificações deste Termo de Referência e seus anexos, que serão exigidas e observadas após conferência técnica, no momento do recebimento e aceite dos materiais.

## ANEXO I

### RELAÇÃO DE LIVROS PARA AQUISIÇÃO

Item	Título	Autor	Editora	Quantidade
1	1000 curiosidades sobre política e eleições no Brasil	Antônio Augusto Mayer dos Santos	Verbo Jurídico	1
2	A Nova previdência dos servidores públicos	Bruno Sá Freire Martins	Alteridade Editora	1
3	Abuso de poder nas competições eleitorais	Frederico Franco Alvim	Juruá	1
4	Arquitetura Limpa: O guia do artesão para estrutura e design de software	Robert C. Martin	Alta Books	1
5	Auditoria de Qualidade de Obras Públicas	Carnot Leal Nogueira	PINI	1
6	Banco de dados: projetos e implementação	Felipe Nery Rodrigues Machado	Érica	1
7	Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais	Bruno Zampier	Foco	1
8	Churchill & Orwell: a luta pela liberdade	Thomas E. Ricks	Zahar	1
9	Cibercrimes e seus reflexos no direito brasileiro	Alessandro Ferreira Barreto	JusPODIVM	1
10	Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021	Marçal Justen Filho	Revista Dos Tribunais	1
11	Comentários à reforma da lei de improbidade administrativa: Lei 14320, de 25.10.2021: comentado a	Daniel Amorim Assumpção Neves	Forense	1
12	Compliance e políticas de proteção de dados	Ana Frazão e Ricardo Villas Bôas Cueva, coord.	Revista dos Tribunais	1
13	Condutas Vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
14	Contabilidade Geral Simplificada	Jose Gilson das Chagas	Saraiva	1
15	Crimes Eleitorais - Direito Material e Processual Eleitoral	Rodrigo Lopes Zilio	Juspodivm	3
16	<u>Crimes Eleitorais Comentados e Processo Eleitoral</u>	Coordenadora: Denise Hammerschmidt	Juruá	2
17	Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral	José Jairo Gomes	Atlas	1
18	Crimes licitatórios	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
19	Curso de direito administrativo	Rafel Carvalho Rezende Oliveira	JUSPODIVM	2
20	Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo	Kelly Prudencio Rousiley Maia Ana Carolina Vimieiro Org.	EDUFBA	1
21	Diálogos sobre direito eleitoral	Marcos Youji Minami	JusPODIVM	1
22	Direito Eleitoral	Rodrigo Lopes Zilio	Jus Podivm	2
23	Direito Eleitoral	José Jairo Gomes	ATLAS	2
24	Direito eleitoral militar: análise do artigo 14, parágrafo 8 da Constituição Federal de 1988	Leonardo Quadros Schoroeder	Habitus	1
25	Direito Previdenciário Esquemático	Marisa Ferreira dos Santos	Saraiva	1
26	Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021	Edgar Guimarães	Forense	1
27	Edifícios inteligentes	Coelho, Darlene Figueiredo Borges (Autor), Cruz, Victor Hug	Blucher Open Access	1
28	Elementos de Direito Eleitoral	Carlos Mario da Silva Velloso, Walber de Moura Agra	Saraiva JUR	2
29	Engenharia Legal Aplicada - ao Labirinto das Obras Públicas	José Eduardo Guidi	Leud	1
30	Estatística aplicada a administração e economia	David R. Anderson	Cengage	1
31	Estatística prática para cientistas de dados: 50 conceitos essenciais	Peter Bruce	Alta Books	1
32	Estruturas de Madeira	Walter Pfeil	LTC	1
33	Facilities - Gestão e Manutenção de Infraestrutura	Mario Jorge Pereira	Ciência Moderna	1
34	Fake news e regulação	Georges Abboud Nelson Nery Junior Ricardo Campos (Org.)	Revista dos Tribunais	1
35	Fake news: liberdade de expressão internet e democracia.	Lenon Oliveira Horbach	Lumen Juris	1
36	Inspeção e Recebimento de Obras - Edificações Habitacionais	Marcus Vinícius Fernandes Grossi	Leud	1
37	<u>Inspeção Predial Total</u>	Tito Lívio Ferreira Gomide, Marco Antonio Gullo	Editora Oficina de Texto	1
38	Lei de Licitações comparadas artigo por artigo	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
39	Manual de Direito Previdenciário	Carlos Alberto Pereira de Castro, Joao Batista Lazzari	Forense	2
40	Manual De Engenharia Diagnóstica	Tito Lívio "gomide, Stella Marys" Della Flora, Antonio Guilhe	Leud	1
41	Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ e TSE – Súmulas e Precedentes Relevantes Se	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
42	Manual de Prática Eleitoral	Francisco Dirceu Barros	JH Mizuno	1
43	Monitoramento com Zabbix	Janssen dos Reis Lima	Brasport	1
44	Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas	Monica Karawejczk	Paco Editorial	1
45	Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil	Diversos autores	ZOUK	1
46	Mulheres no poder: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil.	Michelle de Souza Vale	Appris	1
47	Nova lei de licitações comentada e comparada	Matheus Carvalho	JusPODIVM	1
48	O condomínio e suas manutenções	Carmen Mendes Pagan	Editora Motres	1
49	O problema das fake news nas questões políticas	Jacqueline Tais Menezes Paez Cury	Lumen Juris	1
		Tatiana de Lima Nóbrega e Maurício Roberto de Souza		
50	Regime Previdenciário do Servidor Público: De acordo com a Emenda Constitucional 103/2019	Benedito	Editora Foco	1
51	Twitter nas campanhas eleitorais: Novos desafios para os atores políticos	Luiz Carlos do Carmo Fernandes	CRV	1
52	Obras Públicas e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos	Araújo, Aldem Johnston Barbosa Saraiva, Leonardo	Lumen Juris	1
53	Partidos políticos no Brasil: os dilemas entre a cláusula de barreira e o hiperpartidarismo	Josafá da Silva Coelho	Juruá	1
54	Planejamento Tributário: Teoria e Prática	Silvio Creopaldi	Saraiva	1
55	Proteção de dados pessoais na sociedade da informação: entre dados e danos	José Luis de Moura, coord.	Foco	1
56	Questões eleitorais: uma análise por servidores da justiça eleitoral	Denise Goulart Schlickmann	D'Plácido	1
57	Raciocínio Lógico Para Concursos	Samuel Lilo Abdalla	Saraiva	1
58	Recursos eleitorais	José Jairo Gomes	Atlas	2
59	Reflexos Eleitorais da nova Lei de Improbidade Administrativa	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
60	Social media law: o direito nas redes sociais	Cassio Nogueira Garcia Mosse e Alexandre Pesseri, Alexand	Revista dos Tribunais	1
61	Tratado da nova Lei de licitações e contratos administrativos: Lei 14.133/21: comentada por advogad	Leandro Sarai	JusPODIVM	1
62	<u>Understanding ArubaOS: Version 8.x</u>	David A. Westcott	Bowker	1
63	Whistleblowing: corrupção e o informante do bem	Gustavo Carvalho Kichleski	Juruá	1



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2022-TRE/RN – ANEXO II**

**VALOR ESTIMADO**

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO**

(Valor Estimado nº 76/2022)

Item	CATMAT	Livro/Publicação	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
01	486166	<b>1000 curiosidades sobre política e eleições no Brasil; Autor: Antônio Augusto Mayer dos Santos; Editora: Verbo Jurídico.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	59,00	<b>59,00</b>
02	486166	<b>A nova previdência dos servidores públicos; Autor: Bruno Sá Freire Martins; Alteridade Editora.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	94,90	<b>94,90</b>
03	486166	<b>Abuso de poder nas competições eleitorais; Autor: Frederico Franco Alvim; Editora: Juruá.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	149,90	<b>149,90</b>
04	486166	<b>Arquitetura Limpa: O guia do artesão para estrutura e design de software; Autor: Robert C. Martin; Editora: Alta Books.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	98,90	<b>98,90</b>
05	486166	<b>Auditoria de Qualidade de Obras Públicas; Autor: Carnot Leal Nogueira; Editora: PINI</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	89,76	<b>89,76</b>
06	486166	<b>Banco de dados: projetos e implementação; Autor: Felipe Nery Rodrigues Machado. Editora: Erica.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	106,33	<b>106,33</b>
07	486166	<b>Bens digitais: cybercultura, redes sociais, e-mails, músicas, livros, milhas aéreas, moedas virtuais; Autor: Bruno Zampier; Editora: Foco</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	99,00	<b>99,00</b>
08	486166	<b>Churchill &amp; Orwell: a luta pela liberdade; Autor: Thomas E. Ricks; Editora: Zahar</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	79,90	<b>79,90</b>
09	486166	<b>*Cibercrimes e seus reflexos no direito brasileiro; Autor: Alessandro Ferreira Barreto; Editora: JusPodivm.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	82,40	<b>82,40</b>
10	486166	<b>Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas – Nova Lei 14.133/2021; Autor: Marçal Justen Filho; Editora: Revista dos Tribunais.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	392,32	<b>392,32</b>

Item	CATMAT	Livro/Publicação	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
11	486166	<b>Comentários à reforma da lei de improbidade administrativa: Lei 14320, de 25.10.2021: comentada artigo por artigo; Autor: Daniel Amorim Assumpção Neves; Editora: Forense.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	1	99,00	99,00
12	486166	<b>Compliance e políticas de proteção de dados; Autor: Ana Frazão e Ricardo Villas Bôas Cueva; Editora: Revista dos Tribunais.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	1	300,60	300,60
13	486166	<b>Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral; Autor: Igor Pereira Pinheiro; Editora: Mizuno.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência	Unidade	1	224,27	224,27
14	486166	<b>Contabilidade Geral Simplificada; Autor: José Gilson das Chagas; Editora: Saraiva</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência	Unidade	1	110,33	110,33
15	486166	<b>*Crimes Eleitorais - Direito Material e Processual Eleitoral; Autor: Rodrigo Lopes Zílio; Editora: Juspodivm</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	3	89,90	269,70
16	486166	<b>Crimes Eleitorais Comentados e Processo Eleitoral; Autor: Denise Hammerschmidt; Editora: Juruá.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	2	249,90	499,80
17	486166	<b>Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral; Autor: José Jairo Gomes; Editora: Atlas</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	1	229,00	229,00
18	486166	<b>Crimes licitatórios; Autor: Igor Pereira Pinheiro; Editora: Mizuno</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	1	94,73	94,73
19	486166	<b>Curso de direito administrativo; Autor: Rafael Carvalho Rezende Oliveira; Editora: Método</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	2	284,00	568,00
20	486166	<b>Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo; Autor: Kelly Prudencio Rousiley Maia Ana Carolina; Editora: EDUFBA</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	1	43,00	43,00
21	486166	<b>Diálogos sobre direito eleitoral; Autor: Marcos Youji Minami; Editora: JusPodivm.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	1	169,90	169,90
22	486166	<b>Direito Eleitoral; Autor: Rodrigo Lópes Zílio; Editora: JusPodivm</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	2	146,57	293,13

Item	CATMAT	Livro/Publicação	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
23	486166	<b>Direito Eleitoral; Autor: José Jairo Gomes; Editora: Atlas</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>2</b>	256,76	<b>513,53</b>
24	486166	<b>Direito eleitoral militar: análise do artigo 14, parágrafo 8 da Constituição Federal de 1988; Autor: Leonardo Quadros Schoroeder; Editora: Habitus</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	66,40	<b>66,40</b>
25	486166	<b>Direito Previdenciário Esquematizado; Autor: Marisa Ferreira dos Santos; Editora: Saraiva.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	254,20	<b>254,20</b>
26	486166	<b>Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021; Autor: Edgar Guimarães; Editora: Forense.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	109,00	<b>109,00</b>
27	486166	<b>*Edifícios inteligentes; Autor: Darlene Figueiredo Borges; Editora: Blucher Open Access.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	34,00	<b>34,00</b>
28	486166	<b>Elementos de Direito Eleitoral; Autor: Carlos Mario da Silva Velloso; Editora: Saraiva Jur.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>2</b>	193,36	<b>386,71</b>
29	486166	<b>Estatística aplicada a administração e economia, Autor: David R. Anderson, Editora: Cengage.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	179,00	<b>179,00</b>
30	486166	<b>Estatística prática para cientistas de dados: 50 conceitos essenciais; Autor: Peter Bruce; Editora: Alta Books.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	69,43	<b>69,43</b>
31	486166	<b>Estruturas de Madeira; Autor: Walter Pfeil; Editora: LTC</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	178,60	<b>178,60</b>
32	486166	<b>Facilities - Gestão e Manutenção de Infraestrutura; Autor: Mario Jorge Pereira; Editora: Ciência Moderna</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	176,91	<b>176,91</b>
33	486166	<b>Fake news e regulação; Autor: Georges Abboud Nelson Nery; Autor: Revista dos Tribunais.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	180,00	<b>180,00</b>
34	486166	<b>Inspecção e Recebimento de Obras - Edificações Habitacionais; Autor: Marcus Vinícius Fernandes Grossi; Editora: Leud</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	170,66	<b>170,66</b>

Item	CATMAT	Livro/Publicação	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
------	--------	------------------	---------	--------	----------------------	--------------------

35	486166	<b>Inspeção Predial Total; Autor: Tito Lívio Ferreira e Marco Antonio Gullo; Editora: Oficina de Texto.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	75,00	<b>75,00</b>
36	486166	<b>Lei de Licitações comparadas artigo por artigo; Autor: Igor Pereira Pinheiro; Editora: Mizuno.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	118,00	<b>118,00</b>
37	486166	<b>Manual de Direito Previdenciário; Autor: Carlos Alberto de Castro e João Batista Lazzari; Editora: Forense.</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>2</b>	350,33	<b>700,67</b>
38	486166	<b>*Manual De Engenharia Diagnóstica; Autor: Tito Lívio Ferreira, Stella Marys Flora e Antonio Guilherme; Editora: Leud</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	234,50	<b>234,50</b>
39	486166	<b>Manual de Jurisprudência Comentada do STF, STJ e TSE; Autor: Igor Pereira Pinheiro; Editora: Mizuno</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	208,00	<b>208,00</b>
40	486166	<b>Manual de Prática Eleitoral; Autor: Francisco Dirceu Barros; Editora: Mizuno</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	218,00	<b>218,00</b>
41	486166	<b>Monitoramento com Zabbix; Autor: Janssen dos Reis Lima; Editora: Brasport</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	70,67	<b>70,67</b>
42	486166	<b>Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite; Autor: Monica Karawejczyk; Editora: Paco Editorial</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	44,27	<b>44,27</b>
43	486166	<b>Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil; Autor: Diversos autores; Editora: ZOUK</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	110,00	<b>110,00</b>
44	486166	<b>Mulheres no poder: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil; Autor: Michelle de Souza Vale; Editora: Appris</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	54,23	<b>54,23</b>
45	486166	<b>Nova lei de licitações comentada e comparada; Autor: Matheus Carvalho; Editora: JusPODVIM</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	167,07	<b>167,07</b>
46	486166	<b>O condomínio e suas manutenções; Autor: Carmen Mendes Pagan; Editora: Editora Motres</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	31,90	<b>31,90</b>

Item	CATMAT	Livro/Publicação	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
47	486166	<b>O problema das fake news nas questões políticas; Autor: Jacqueline Taís Menezes Paez Cury; Editora: Lumen Juris</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	80,00	<b>80,00</b>
48	486166	<b>O Regime Previdenciário do Servidor Público: De acordo com a Emenda Constitucional 103/2019; Autor: Tatiana de Lima Nóbrega e Maurício Roberto de Souza Benedito; Editora: Foco</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	154,00	<b>154,00</b>
49	486166	<b>O twitter nas campanhas eleitorais: Novos desafios para os atores políticos; Autor: Luiz Carlos do Carmo Fernandes; Editora: CRV</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	52,20	<b>52,20</b>
50	486166	<b>Obras Públicas e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos; Autores: Aldem Johnston Barbosa Araújo, Leonardo Saraiva; Editora: Lumen Juris</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	100,00	<b>100,00</b>
51	486166	<b>Partidos políticos no Brasil: os dilemas entre a cláusula de barreira e o hiperpartidarismo; Autor: Josafá da Silva Coelho; Editora: Juruá</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	159,90	<b>159,90</b>
52	486166	<b>Planejamento Tributário: Teoria e Prática; Autor: Silvio Creopaldi; Editora: Saraiva</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	56,30	<b>56,30</b>
53	486166	<b>Proteção de dados pessoais na sociedade da informação: entre dados e danos: Autor: José Luis de Moura, coord. Editora: Foco</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	162,66	<b>162,66</b>
54	486166	<b>Questões eleitorais Contemporâneas: uma análise por servidores da justiça eleitoral; Autor: Denise Goulart Schlickmann; Editora: D'Plácido</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	212,90	<b>212,90</b>
55	486166	<b>Raciocínio Lógico Para Concursos; Autor: Samuel Lilo Abdalla; Editora: Saraiva</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	112,00	<b>112,00</b>
56	486166	<b>Recursos eleitorais; Autor: José Jairo Gomes; Editora: Atlas</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>2</b>	150,33	<b>300,66</b>
57	486166	<b>Reflexos Eleitorais da nova Lei de Improbidade Administrativa; Autor: Igor Pereira Pinheiro; Editora: Mizuno</b> Conforme condições contidas no Termo de Referência.	Unidade	<b>1</b>	99,90	<b>99,90</b>

[illegible]